



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008471-68.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **QUESIA BEZERRA CASS**
 Requerido: **L F DESSI & CIA. LTDA. - LAVATEC**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido aparelho de ar condicionado junto à ré, com garantia de três anos, tendo ela promovido sua respectiva instalação.

Alegou ainda que após algum tempo o aparelho apresentou vício de funcionamento, escusando-se a ré de repará-lo.

Em contato com a fabricante, foi surpreendida com a notícia de que a ré não poderia dar a garantia aludida, bem como com o fato de que como ela – que não é representante autorizada da fabricante – fez a instalação isso importaria a perda da garantia pela fabricante.

Promoveu o conserto do aparelho, almejando agora ao ressarcimento da quantia despendida para tanto.

Os documentos que instruíram o relato exordial respaldam as alegações da autora.

Nesse sentido, o documento de fl. 03 cristaliza a compra noticiada pela mesma, a exemplo da cláusula de garantia por três anos dada pela ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Consta do documento a logomarca da fabricante da mercadoria, o que denota a aparente ligação entre a ré e esta.

Por outro lado, vê-se a fls. 09/11 que a ré efetivamente não é credenciada pela fabricante, de sorte que como realizou a instalação do aparelho ocorreu a perda da garantia contratual estipulada.

Já os documentos de fls. 12/16 atestam os gastos suportados pela autora com o reparo do produto.

A ré a seu turno na contestação observou que a autora sabia que não era autorizada da fabricante e que atendeu às solicitações recebidas quando se apresentou o problema de funcionamento referido a fl. 01.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

É incontroverso que a ré ofertou garantia do aparelho comprado pela autora por três anos, circunstância que por si só a obriga a responsabilizar-se pelo conserto de vícios que tivesse ao longo desse espaço de tempo.

Afigura-se irrelevante nesse contexto perquirir se a autora sabia – ou não – que a ré não era empresa credenciada pela fabricante ou examinar se ela atendeu – ou não – às solicitações emanadas da primeira para o reparo do bem.

Independentemente disso, e ainda que se admitissem como verdadeiros os argumentos expendidos na peça de resistência quanto aos temas, remanesceria íntegro o dever da ré em levar a cabo o conserto cabível, assegurando a eficácia da garantia que fornecera.

Como a autora objetivamente se valeu de terceiros para isso, transparece clara a obrigação da ré em ressarcir-la a esse propósito, pois do contrário a garantia de três anos não teria qualquer justificativa.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.420,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Transitada em julgado, expeça-se mandado de levantamento da quantia bloqueada nos autos em favor da autora, dando-se com isso por cumprida a obrigação da ré.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 21 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**